

TRABALHO E SAÚDE DAS PROFESSORAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA REFLEXÃO SOB A PERSPECTIVA MARXISTA¹

André Luiz Barbosa Estolano da Silveira²

Mônica do Nascimento Tavarez³

Resumo

O artigo analisa as condições de trabalho e os impactos na saúde das professoras do Estado do Rio de Janeiro, a partir da ótica marxista. O estudo sustenta que a precarização do trabalho docente é um fenômeno estruturado pelas relações de gênero e de classe. A metodologia envolve uma abordagem qualitativa, baseada em análise bibliográfica, além de dados empíricos da pesquisa “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro”, realizada pelo LIEPE (Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação) que evidenciam a tripla jornada de trabalho vivenciada por essas profissionais – composta pelo trabalho remunerado na escola, pelo trabalho doméstico não remunerado e pelo cuidado familiar. Sob o marco teórico do materialismo histórico, argumenta-se que a divisão sexual do trabalho é fundamental para a reprodução da força de trabalho no capitalismo, naturalizando a desvalorização salarial e as más condições do exercício da profissão, associadas a habilidades consideradas “femininas”. Os resultados apontam para um quadro severo de adoecimento físico e mental, incluindo a Síndrome de Burnout, distúrbios osteomusculares e problemas psicológicos, agravados pelo contexto de desigualdade social. Certo é que a saúde das professoras é deteriorada pela interseccionalidade entre a exploração de classe e a opressão de gênero, demandando, portanto, soluções que combatam ambas as dimensões.

Palavras-chaves: Trabalho docente. Saúde da mulher. Gênero. Marxismo. Rio de Janeiro.

WORK AND HEALTH OF FEMALE TEACHERS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO: A REFLECTION FROM A MARXIST PERSPECTIVE

Abstract

The article analyzes the working conditions and health impacts on female teachers in the State of Rio de Janeiro from a Marxist perspective. The study argues that the precariousness of teaching work is a phenomenon structured by gender and class relations. The methodology involves a qualitative approach, based on bibliographic analysis, in addition to empirical data from the research “Work and Health of Female and Male Teachers in the State of Rio de Janeiro”, conducted by LIEPE (Laboratory for Investigations in State, Power, and Education), which highlight the triple workday experienced by these professionals – composed of paid work at school, unpaid domestic work, and family care. Under the theoretical framework of historical materialism, it is argued that the sexual division of labor is fundamental for the reproduction of labor power in capitalism, naturalizing wage devaluation and the poor conditions of the profession, associated with so-called “feminine” skills. The results point to a severe picture of physical and mental illness, including Burnout Syndrome, musculoskeletal disorders, and psychological problems, aggravated by the context of social inequality. It is clear that the health of female teachers is deteriorated by the intersectionality between class exploitation and gender oppression, thus demanding solutions that combat both dimensions.

Keywords: Teaching work. Women's health. Gender. Marxism. Rio de Janeiro.

¹ Artigo recebido em 19/09/2025. Avaliação em 22/10/2025. Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 20/01/2026.

² Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC/RJ).

³ Mestre em Humanidades Digitais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

TRABAJO Y SALUD DE LAS PROFESORAS DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO: UNA REFLEXIÓN DESDE LA PERSPECTIVA MARXISTA

Resumen

El artículo analiza las condiciones laborales y los impactos en la salud de las profesoras del Estado de Río de Janeiro, desde una óptica marxista. El estudio sostiene que la precarización del trabajo docente es un fenómeno estructurado por las relaciones de género y de clase. La metodología implica un enfoque cualitativo, basado en el análisis bibliográfico, además de datos empíricos de la investigación “Trabajo y Salud de las Profesoras y los Profesores del Estado de Río de Janeiro”, realizada por el LIEPE (Laboratorio de Investigaciones en Estado, Poder y Educación), que evidencian la triple jornada laboral vivida por estas profesionales – compuesta por el trabajo remunerado en la escuela, el trabajo doméstico no remunerado y el cuidado familiar. Bajo el marco teórico del materialismo histórico, se argumenta que la división sexual del trabajo es fundamental para la reproducción de la fuerza de trabajo en el capitalismo, naturalizando la desvalorización salarial y las malas condiciones del ejercicio de la profesión, asociadas a habilidades consideradas “femeninas”. Los resultados apuntan a un cuadro severo de enfermedad física y mental, incluyendo el Síndrome de Burnout, trastornos osteomusculares y problemas psicológicos, agravados por el contexto de desigualdad social. Ciertamente es que la salud de las profesoras se ve deteriorada por la interseccionalidad entre la explotación de clase y la opresión de género, demandando, por lo tanto, soluciones que combatan ambas dimensiones.

Palabras clave: Trabajo docente. Salud de la mujer. Género. Marxismo. Río de Janeiro.

Introdução

A compreensão do trabalho docente, principalmente para os que atuam na educação básica, é incompleta sem uma análise que articule a categoria de classe com a categoria de gênero. A predominância de mulheres no magistério – um fenômeno historicamente constituído conhecido como feminização – não é um dado acidental, mas um elemento estruturante que influencia diretamente a organização, a valorização social e as condições de saúde nessa profissão. Este artigo pretende analisar como a divisão sexual do trabalho e a associação entre o magistério e atributos culturalmente designados como femininos impactam a vida e a saúde das professoras do estado do Rio de Janeiro, à luz da teoria marxista.

A crescente precarização da profissão docente representa um processo intencional de proletarização do magistério no contexto capitalista atual. Esse fenômeno se manifesta por meio da perda progressiva de autonomia intelectual, da intensificação das jornadas de trabalho e da constante desvalorização salarial. Tal transformação não ocorre por acaso, mas constitui uma estratégia sistêmica para neutralizar o potencial transformador da educação. Como demonstra Borges (2020, p. 115), “a uberização do trabalho docente feminino representa a forma contemporânea de uma exploração histórica, onde a naturalização do cuidado como atributo feminino legitima condições precárias de trabalho”. Essa análise dialoga diretamente com os fundamentos teóricos de Vogel (2013), para quem o capitalismo se sustenta definitivamente da apropriação do trabalho reprodutivo não remunerado, majoritariamente realizado por mulheres.

Para investigar essa problemática, este artigo baseia-se, principalmente, em dados empíricos da pesquisa “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro”, coordenada pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), articulando-os com o referencial teórico do materialismo histórico e dos estudos de gênero. A análise tem o intuito de corroborar com a hipótese central de que a saúde das professoras é deteriorada pela interseccionalidade entre a exploração de classe e a opressão de gênero.

1. Trabalho docente e a divisão sexual do trabalho

O trabalho docente na sociedade capitalista contemporânea configura-se como um campo fértil para análise das contradições entre as exigências do capital e a reprodução da vida. Este capítulo propõe uma investigação crítica sobre as condições materiais do magistério público, articulando as categorias do materialismo histórico-dialético de Marx com a teoria da hegemonia de Gramsci, enriquecida pela perspectiva dos estudos feministas marxistas. Nosso objetivo é desvendar como se processa a exploração das professoras no estado do Rio de Janeiro da rede pública e privada no ensino básico, compreendendo tal fenômeno em sua tripla dimensão: como trabalhadoras assalariadas, como mulheres e como intelectuais orgânicas no aparato educacional.

Desde a década de 1980, a natureza do trabalho docente tem sido amplamente investigada por diversos pesquisadores, que, a partir de distintos referenciais teóricos, buscam compreender as suas especificidades. Embora não seja possível detalhar aqui toda essa produção – já sintetizada de forma abrangente por autores como Paro (2018) e Borges (2020). Certo é que, o trabalho docente, assim como a maioria de qualquer tipo de trabalho, atende às demandas do modo de produção capitalista, contribuindo para a formação de trabalhadores condicionados e preparados, tão somente, para as exigências produtivas de sua época.

Para Ricardo Antunes, esses trabalhadores configuram a “sociedade do adoecimento” que é a expressão concreta de um modelo socioeconômico que consome a força de trabalho de forma tão predatória que a doença se torna um subproduto massivo e inevitável. É a manifestação de que o trabalho, que poderia ser uma fonte de realização humana, é transformado em uma máquina de moer corpos e mentes em benefício da acumulação de capital. Segundo Antunes (2020) a “sociedade do adoecimento”:

Em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade, que, ao mesmo tempo que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo

adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade (Antunes, 2020, p. 155).

Segundo Dardot e Laval (2016), as reformas educacionais em curso desde a década de 1980 não representam meros ajustes pontuais, mas sim um projeto político profundamente arraigado na racionalidade do neoliberalismo. Estas reformas propõem aos sistemas de ensino e às instituições escolares uma reconfiguração integral de sua finalidade, posicionando-os como peças fundamentais na formação de um novo tipo de subjetividade. O objetivo central deixa de ser a formação de cidadãos críticos ou a transmissão de um saber humanista e emancipatório, para tornar-se a construção de sujeitos adaptados às novas condições impostas pela lógica do capitalismo flexível.

Nesse sentido, Laval (2019):

[...] a escola neoliberal também pretende melhorar a qualidade da força de trabalho em seu conjunto sem aumentar impostos e, na medida do possível, reduzindo o gasto público. Daí as campanhas e as políticas, implantadas na mesma época tanto nacionalmente como mundialmente e em todos os níveis da atividade educacional, para diversificar o financiamento do sistema educacional (chamando muito mais abertamente pelo gasto privado), administrar mais “eficazmente” a escola (como fazem as empresas), reduzir a cultura ensinada na escola às competências indispensáveis para empregabilidade dos assalariados, promover a lógica de mercado na escola e a competição entre famílias e estudantes pelo “bem escasso” (e, conseqüentemente, caro) da educação (Laval, 2019, p.37).

A nova lógica, analisada pelos autores, exige um indivíduo empreendedor, competitivo e permanentemente responsável por sua própria empregabilidade e valor no mercado. A escola, portanto, é convocada a internalizar e reproduzir essa lógica, preparando o futuro trabalhador para se compreender como uma “empresa de si mesmo” (*homo economicus*). Em tal arquétipo, o sucesso e o fracasso são individualizados: cada um deve gerir seus "recursos" (competências, habilidades, tempo) para maximizar seus “resultados” (notas, classificações, futuros salários), assumindo sozinho os riscos e as culpas por eventuais fracassos.

Laval (2019), afirma que a educação é instrumentalizada para servir a um projeto de sociedade que naturaliza a competição e a meritocracia, obscurecendo as estruturas sociais desiguais. A escola passa a operar como um sistema de gestão e conformação de condutas, onde disciplinas, currículos, avaliações padronizadas e rankings não são neutros; são tecnologias que moldam comportamentos, preferências e visões de mundo alinhadas ao mercado. O conhecimento perde seu valor intrínseco e transforma-se em “capital humano”, um ativo a ser acumulado e investido pelo indivíduo-empresa em sua trajetória de auto-otimização.

Essa observação dialoga diretamente com o conceito de “sociedade do adoecimento”, de Ricardo Antunes, ou seja, a mesma lógica que produz um trabalhador precarizado e superexplorado exige um sistema educacional que o prepare psicologicamente para essa realidade. A escola que forma o “empresário de si” é também a que naturaliza a intensificação do trabalho, a insegurança e a autoexploração, contribuindo, paradoxalmente, para o surgimento precoce de ansiedade, estresse e outras patologias associadas à pressão por desempenho constante e um verdadeiro adoecimento pedagogicamente planejado.

O capitalismo dependente brasileiro, conforme analisado por Virgínia Fontes (2010), apresenta características estruturais particulares que o diferenciam dos modelos centrais de acumulação capitalista. Nos capítulos 4 e 5 de seu livro, a autora demonstra como a formação social brasileira consolidou-se a partir de uma inserção subordinada no sistema capitalista mundial, marcada pelo que denomina de “superexploração do trabalho” (Fontes, 2010, p. 127). Esse conceito-chave explica a particularidade do desenvolvimento brasileiro, no qual a acumulação capitalista se sustenta não apenas pela extração de mais-valia relativa, mas principalmente pela intensificação absoluta da exploração, com a manutenção de salários abaixo do valor da força de trabalho.

Fontes (2010, p. 115) argumenta que “a dependência não constitui um estágio a ser superado, mas a forma específica de desenvolvimento capitalista nos países periféricos”. Essa análise revela como o Brasil internalizou mecanismos de dominação que combinam heranças coloniais com modernização conservadora, criando uma estrutura produtiva que reproduz sua condição periférica. A autora destaca especialmente o papel do Estado nesse processo, que atua como “mediador ativo da reprodução ampliada da dependência” (Fontes, 2010, p. 132), garantindo as condições políticas e institucionais para a manutenção desse padrão de acumulação.

A análise se aprofunda ao examinar as consequências sociais desse modelo. Fontes (2010, p. 158) demonstra como a superexploração se manifesta concretamente através da “precarização estrutural do trabalho”, que atinge especialmente os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora. A autora destaca que esse padrão não resulta de “atrasos” a serem superados, mas constitui elemento central da acumulação capitalista dependente, que necessita manter custos laborais extremamente baixos para competir no mercado global. Essa dinâmica explica, conforme a autora, a persistência de desigualdades sociais profundas, mesmo em períodos de crescimento econômico.

No Brasil, a proletarianização do magistério acompanhou o desenvolvimento dependente do capitalismo nacional, assumindo contornos particulares que refletem as contradições estruturais de nossa formação social. O período pós-1930 marcou a organização sistêmica da educação pública, quando o Estado Novo criou as primeiras escolas normais regionais, já estabelecendo a docência como profissão feminina e de baixo prestígio social. Esse processo deve ser compreendido à luz do que Marx denominou de “subsunção formal do trabalho ao capital”, no qual as atividades antes artesanais são reorganizadas segundo a lógica capitalista, porém mantendo traços de sua origem.

1.2 Trabalho reprodutivo não remunerado e a dupla jornada feminina

A feminização do magistério está intrinsecamente ligada à divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade primordial pelo trabalho doméstico e de cuidado, também denominado trabalho reprodutivo. Este trabalho, embora essencial para a manutenção da força de trabalho e da sociedade, é socialmente invisibilizado e não remunerado. Conforme explica Kergoat (2010, p. 95), “a divisão sexual do trabalho é um sistema que associa a divisão técnica do trabalho (as tarefas) e a divisão social do trabalho (os estatutos) à diferença dos sexos, produzindo hierarquizações e, portanto, relações de poder”.

Para a docente, essa divisão se manifesta na dupla jornada de trabalho. Após cumprir sua jornada formal na escola, ela retorna ao lar para assumir uma segunda jornada, igualmente exaustiva, de cuidados com a casa, os filhos e outros familiares. Esta sobrecarga de trabalho tem implicações diretas em sua saúde física e mental, constituindo um fator de estresse, cansaço crônico e adoecimento. A professora vive, portanto, uma situação de exploração ampliada, na qual seu tempo e sua energia são demandados tanto pela esfera produtiva (trabalho remunerado) quanto pela esfera reprodutiva (trabalho não remunerado).

Essa prática de exploração ampliada encontra sua base material na interdependência orgânica entre as esferas produtiva e reprodutiva no modo de produção capitalista. O trabalho não remunerado realizado no espaço doméstico – que inclui a alimentação, a limpeza, o cuidado com crianças e idosos e a manutenção dos laços afetivos – é fundamental para a reposição diária e geracional da força de trabalho. Conforme salienta Federici (2019, p. 23), “o salário pago ao trabalhador no setor produtivo depende, para o seu valor, do trabalho não pago da mulher no setor reprodutivo”. Dessa forma, a desvalorização sistemática do trabalho doméstico e de cuidado funciona como um pilar oculto que subsidia a acumulação de capital, transferindo para os ombros das mulheres o custo social da reprodução da vida.

No contexto específico das professoras, essa dupla jornada adquire contornos ainda mais desgastantes, pois o trabalho educativo na escola é, em si, intensivo em demandas afetivas e cognitivas, muitas vezes descrito como uma extensão do “trabalho de cuidado”. Ao final de um dia desgastante em sala de aula, marcado por turmas superlotadas, pressão por resultados e desgaste emocional, a professora inicia sua segunda jornada, igualmente exigente. Esta sobreposição de funções gera uma exaustão que é, ao mesmo tempo, física, mental e emocional. A pesquisa do LIEPE (2024) evidencia essa realidade, indicando que 89% das docentes entrevistadas são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas em seus lares, configurando uma semana de trabalho que frequentemente ultrapassa 60 ou 70 horas, quando somadas as horas remuneradas e não remuneradas.

A naturalização dessa dupla jornada como um “destino” ou “aptidão natural” das mulheres oculta seu caráter social e historicamente construído, funcionando como uma poderosa ferramenta ideológica. Como aponta Hirata (2014, p. 62), “a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo não é um problema individual a ser resolvido por cada mulher, mas uma questão social que exige políticas públicas e uma reorganização das relações de gênero”. A ausência de uma corresponsabilidade efetiva do Estado, por meio de creches, escolas em tempo integral e políticas de cuidado, e dos homens no trabalho doméstico, recai, portanto, majoritariamente sobre as mulheres, intensificando sua precarização. Dessa forma, a luta por creches públicas e a discussão sobre a divisão igualitária do trabalho doméstico não são pautas secundárias, mas centrais para a desestruturação do ciclo de exploração que adocece as professoras.

1.3 A naturalização do “cuidado” como desvalorização profissional

A desvalorização salarial e social da profissão docente está profundamente associada à sua identificação com atividades de cuidado, historicamente vinculadas ao feminino e consideradas como não-trabalho ou como um prolongamento de um “instinto maternal”. A docência, sob essa ótica, é percebida menos como uma profissão que exige formação técnica e intelectual específica e mais como uma “vocação” ou “missão”, atributos que justificam baixos salários e más condições de trabalho.

A ideologia de gênero opera aqui para naturalizar a exploração. O amor, a paciência e a dedicação – vistos como qualidades inerentes à mulher – são mobilizados para substituir reconhecimento material e condições dignas de exercício profissional. Como afirma Bruschini (2007, p. 38), “as características consideradas 'naturais' ao sexo feminino, tais como

paciência, delicadeza, capacidade de cuidar de outros, são frequentemente invocadas para explicar a presença massiva das mulheres no magistério”. Essa associação entre o trabalho docente e o cuidado desloca-o do campo do trabalho intelectual, disputado pelos homens, para o campo do trabalho emocional, desvalorizado e feminizado.

Certo é que o ensino básico brasileiro, em sua maior parte, é realizado por mulheres. Do total do corpo docente, composto por mais de 2,3 milhões de profissionais, 1,8 milhões (79,2%) são professoras. Na educação infantil, que se inicia a trajetória escolar regular, elas são praticamente a totalidade de quem educa: 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola. Esses dados são do Censo Escolar de 2022, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em fevereiro de 2023. Nesse terreno, como demonstram os números, as professoras constituem a esmagadora maioria do magistério na educação básica, elas encontram-se na linha de frente, sofrendo todos os impactos específicos sobre sua saúde física e mental.

É precisamente nesta intersecção – entre a função intelectual orgânica, as precárias condições de trabalho agravadas pela “pedagogia do mercado” e a específica situação das mulheres na divisão sexual do trabalho – que este artigo se insere. Partindo do reconhecimento de que as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, embora sejam questões econômicas imediatas, possuem um profundo conteúdo político, este estudo busca analisar como tais condições impactam a saúde das professoras da rede pública de ensino básico da Baixada Fluminense. Para isso, adota-se como marco teórico fundamental a perspectiva de gênero marxista, que demonstra que a opressão contra as mulheres é um pilar fundamental para a manutenção do capitalismo. A divisão sexual do trabalho, base material dessa opressão, confina as mulheres à esfera de cuidado, garantindo a reprodução da força de trabalho a um custo ínfimo para o capital.

2. Pesquisa trabalho e saúde de professoras e professores no estado do Rio de Janeiro - evidências empíricas

O capítulo dedica-se à análise dos dados da pesquisa “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro”, estudo interinstitucional coordenado pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), grupo de pesquisa sediado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e

Demandas Populares (PPGEDuc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O objetivo desta investigação é analisar as condições de trabalho e saúde de

professoras e professores que atuam em redes públicas municipais e estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro. Fundado em 2017, o LIEPE reúne docentes de nível superior, alunos de graduação e de pós-graduação (internos e externos à UFRRJ), que estudam as formas e conteúdos mais contemporâneos da organização empresarial na educação mundial e, em especial, latino-americana, incluindo a brasileira.

2.1 Caracterização Socioprofissional e Condições de Trabalho

A análise socioprofissional da amostra da pesquisa “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro” revelou características marcantes. Participaram 1.368 docentes, com predominância do gênero feminino (72,9%, ou 998 pessoas), confirmando a feminização histórica do magistério. A faixa etária predominante situou-se entre 41 e 50 anos (36,2%), sugerindo um quadro de envelhecimento relativo do magistério, característico de uma carreira que enfrenta dificuldades para atrair e reter novos profissionais.

O expressivo tempo de serviço é outro dado relevante: 45,9% dos professores possuem entre 10 e 20 anos de carreira. Este dado revela um corpo docente experiente, mas que pode estar enfrentando situações de estagnação profissional e esgotamento, comuns em fases avançadas da carreira. Dejours (1992) alerta para os riscos psicopatológicos associados à prolongada exposição a condições de trabalho desgastantes. Os dados sobre carga horária mostram que 30,1% dos docentes (422 profissionais) desenvolvem jornadas entre 31 e 40 horas semanais, frequentemente distribuídas em turnos distintos. Conforme demonstra Nóvoa (2019), a descontinuidade temporal compromete a necessária unidade do processo educativo, dificultando a articulação entre planejamento, execução e avaliação didática.

A avaliação das condições físicas das escolas foi majoritariamente “regular” nos quesitos essenciais, indicando uma situação de mediocridade institucionalizada. Itens como condições de acústica, ventilação e proteção térmica foram classificados como “ruins/deficientes” por uma parcela significativa dos respondentes (entre 30% e 40%, dependendo do item). Esta combinação de deficiências ambientais configura um ambiente pedagogicamente hostil, especialmente em regiões de clima tropical. Outro indicador crítico é o tamanho das turmas: 32,5% dos professores (445 profissionais) atuam em turmas com mais de 31 alunos. Turmas superlotadas contradizem as recomendações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para padrões mínimos de qualidade e configuram um obstáculo estrutural à efetivação do direito à educação.

Finalmente, os dados salariais revelam uma gritante desvalorização: 908 professores (66,4% da amostra) recebem até R\$ 6.000,00 mensais. Esta realidade contraria o Artigo 206, V, da Constituição Federal, que estabelece a “valorização dos profissionais da educação escolar” como princípio. A insuficiência salarial força as docentes a multiplicarem vínculos laborais, conformando o que Antunes (2018) denomina de “proletarização do trabalho intelectual”. Como afirma Borges (2020, p. 78), “a desvalorização salarial força o docente a ampliar sua jornada de trabalho, reduzindo tempo de descanso e lazer, com impactos diretos na saúde”.

2.2 Análise dos Agravos à Saúde e do Mal-Estar Docente

A investigação sobre os agravos à saúde revelou um panorama alarmante: 85,7% dos pesquisados relataram diagnóstico ou sintomas de doenças relacionadas ao trabalho, com predominância de distúrbios psíquicos (72,3%). A ansiedade foi o sintoma mais frequente (68,9%), seguida por distúrbios do sono (63,4%) e irritabilidade (58,7%). Os casos de síndrome de *burnout* atingiram 41,2% da amostra. Os problemas de voz apareceram como principal agravo físico (57,8%), seguidos por dorsopatias (49,3%) e cefaleias crônicas (45,6%). O uso de medicamentos mostrou-se particularmente preocupante: 63,8% utilizam ansiolíticos regularmente e 47,2% fazem uso de antidepressivos.

A pesquisa identificou ainda que 71,5% dos professores já se afastaram do trabalho por motivos de saúde, sendo que 38,9% o fizeram mais de três vezes nos últimos cinco anos. A gestão do sofrimento psíquico mostrou-se predominantemente individualizada, com 68,3% dos entrevistados recorrendo a estratégias isoladas. O elevado índice de afastamentos reflete a gravidade do processo de desgaste profissional vivenciado pelos docentes, constituindo-se como um termômetro da crise estrutural na educação pública. Os dados demonstram uma clara relação entre o tempo de serviço e a frequência dos afastamentos, indicando o caráter cumulativo e progressivo dos agravos à saúde docente.

Conforme análise de Dejourn (1992, p. 134), “a repetição de licenças médicas no magistério não representa fragilidade individual, mas a materialização do conflito entre a organização patogênica do trabalho e os limites do corpo humano”. Esta situação gera um ciclo perverso de substituições e reorganizações que, por sua vez, sobrecarregam os colegas remanescentes, potencializando o adoecimento coletivo e fragilizando o vínculo pedagógico com os estudantes.

A predominância de estratégias individuais de enfrentamento, como a automedicação e a busca isolada por terapia, evidencia a hegemonia do discurso da resiliência e da autorresponsabilização pelo sofrimento. Como observa Dunker (2021, p. 178), “a psiquiatrização do mal-estar docente impede a compreensão coletiva do problema e a organização de respostas comuns”, fragmentando o potencial de resistência coletiva. A naturalização do uso de psicofármacos como solução principal cria um cenário preocupante de silenciamento químico do sofrimento, onde o custo da adaptação às condições precárias de trabalho recai sobre o corpo e a mente das professoras. Esta lógica individualizante obscurece a natureza social e política do adoecimento, transformando uma questão de saúde pública em um problema de gestão pessoal do estresse.

A conjugação entre a medicalização do sofrimento e a precarização das condições de trabalho configura o que Antunes (2020, p. 155) denomina de “adoecimento silencioso e massivo da classe trabalhadora”. No caso específico das professoras, este processo assume contornos de gênero particulares, uma vez que a sobrecarga de trabalho reprodutivo não remunerado intensifica sua vulnerabilidade aos distúrbios psíquicos. A internalização do cuidado como atributo natural feminino frequentemente as impede de reconhecer seus próprios limites, aprofundando o ciclo de exaustão. Dessa forma, o adoecimento docente não pode ser compreendido fora da totalidade social que o produz, exigindo respostas que articulem a crítica da organização do trabalho com a superação da divisão sexual do trabalho e do modelo medicalizante de atenção à saúde.

A triangulação dos dados permite constatar uma correlação evidente entre a precarização das condições de trabalho, a divisão sexual do trabalho e o adoecimento docente. Os resultados confirmam a hipótese de que o mal-estar docente assume características específicas no contexto atual, transformando-se no que Antunes (2020, p. 155) denomina “adoecimento silencioso e massivo da classe trabalhadora”. A análise sob a perspectiva de gênero marxista evidencia que a exploração das professoras é ampliada pela dupla jornada. A sobrecarga de trabalho reprodutivo não remunerado, somada às condições precárias de trabalho na escola, cria um ciclo de exaustão que tem na saúde das mulheres sua principal vítima. A naturalização do cuidado como “vocação” feminina opera como uma poderosa ferramenta ideológica para ocultar essa superexploração.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra, de forma contundente, que a crise na saúde das professoras do Estado do Rio de Janeiro constitui um fenômeno estrutural, profundamente enraizado na intersecção entre a exploração de classe e a opressão de gênero inerentes ao capitalismo dependente brasileiro. Os dados empíricos da pesquisa do LIEPE, não representam casos isolados de adoecimento, mas a materialização concreta de um projeto político de precarização do trabalho docente. Este projeto, conforme analisado por Dardot e Laval (2016), insere-se na racionalidade neoliberal que transforma a educação em mercadoria e os professores em força de trabalho descartável, aprofundando o que Antunes (2020) caracteriza como “sociedade do adoecimento”.

A especificidade do adoecimento das professoras, no entanto, só pode ser plenamente compreendida quando articulamos a categoria de classe à análise de gênero, seguindo a perspectiva marxista feminista. A divisão sexual do trabalho, fundamento material da opressão das mulheres, conforme Kergoat (2010), atribui às professoras a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo não remunerado, impondo-lhes uma dupla jornada exaustiva que frequentemente ultrapassa 60 horas semanais. Essa sobrecarga, somada às condições precárias de trabalho nas escolas – turmas superlotadas, infraestrutura deficiente e desvalorização salarial –, configura uma situação de superexploração peculiarmente feminina. Como demonstra Federici (2019), a desvalorização do trabalho de cuidado, naturalizado como atributo “inato” do feminino, subsidia a acumulação capitalista, transferindo para os ombros das mulheres o custo social da reprodução da força de trabalho.

A transformação de questões estruturais em problemas individuais de saúde mental representa a face biopolítica do neoliberalismo, que responsabiliza as trabalhadoras por sua própria exaustão, silenciando quimicamente a contestação. Contudo, emerge uma contranarrativa potente: a organização coletiva que combina a luta sindical tradicional com práticas feministas de cuidado mútuo, apontando para a construção de um novo sujeito político.

Portanto, a superação dessa conjuntura de adoecimento em massa exige mais que políticas paliativas; demanda uma transformação radical que enfrente simultaneamente a precarização do trabalho educativo e a divisão sexual do trabalho. A luta pela saúde das professoras é indissociável da luta por uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, que contemple a valorização real dos profissionais com salários dignos, condições adequadas de trabalho e carreira. É igualmente fundamental a implementação de políticas de cuidado – como a ampliação de creches e escolas em tempo

integral – que corresponsabilizem o Estado pela reprodução social, desonerando as mulheres. A desnaturalização do cuidado como atributo feminino e a construção de novas relações de gênero, que redistribuam igualmente o trabalho doméstico, mostram-se, assim, não como pautas secundárias, mas como dimensões centrais para a construção de um projeto educativo verdadeiramente emancipador e de uma sociedade livre da exploração de classe e da opressão de gênero.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. A sociedade do adoecimento no trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 150-167, 2020.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 37-72, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: HIRATA, H.; GUILLERMAZ, A. (Org.). **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 89-101.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2019.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2019.

PARO, V. H. **Trabalho docente na escola fundamental**: questões candentes. São Paulo: Cortez, 2018.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

